



A NEGLIGÊNCIA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NAS REDES SOCIAIS

NEGLIGENCE TO THE PERSONAL RIGHTS IN SOCIAL NETWORKS

Célio Galéski Júnior¹

Juliana Maciel²

RESUMO

O presente artigo versa sobre alguns pontos chave da lei nº 12.965/2014, oficialmente chamada de “Marco Civil da Internet”, que visa a proteção das relações na Internet e sua implicação no ordenamento jurídico brasileiro, além de sua utilização prática no ambiente virtual, mais especificamente a liberdade de expressão e o direito à privacidade, no campo dos direitos da personalidade, nas redes sociais. Além disso, aborda-se no artigo um exemplo emblemático da violação dos direitos da personalidade através das redes sociais, da *influencer* Karol Conká e discorre sobre a responsabilidade civil dos atores nas redes sociais. Diante disso, objetivou-se estabelecer de que forma o direito brasileiro, seja nos códigos Penal e Civil, seja na Constituição Federal de 1988 ou no Marco Civil regulam as relações pessoais que existem nas redes sociais ou até mesmo identificar se há proteção jurídica em relação aos direitos de personalidade nas redes sociais. Buscou-se verificar se, com esse novo ordenamento específico, de fato as relações e interações nesse campo são devidamente reguladas ou se o ordenamento jurídico vigente é insuficiente. Por fim, foi possível concluir que, as normas jurídicas vigentes são insuficientes frente à evolução da tecnologia e os novos meios de convívio social, para proteger o usuário da internet, assim não se promovendo proteção jurídica em relação aos direitos da personalidade nas redes sociais. A pesquisa foi realizada pelo método qualitativo e bibliográfico, findou-se trazer o entendimento de diversos juristas do ramo a partir de livros, artigos e periódicos, com a finalidade de ilustrar a problemática da proteção insuficiente da pessoa jurídica nas Redes Sociais.

Palavras-Chave: Direitos. Internet. Liberdade de Expressão. Privacidade. Redes Sociais.

¹Graduação em Direito, Universidade do Contestado, Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: 1810.cj@gmail.com.

²Graduada em Direito pela Universidade do Contestado (UNC) em 2015, especialista em Direito Público pela Uniasselvi em 2017, mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado (UNC), docente do curso de Direito da Universidade do Contestado (UNC), Campus Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: juliana.maciel@professor.unc.br

ABSTRACT

This article deals with some key points of Law No. 12.965/2014, officially called the “Internet Civil Framework”, which seeks to protect Internet relations and its implication in the Brazilian legal system, in addition to its practical use in the virtual environment, more specifically, freedom of expression and the right to privacy, in the field of personality rights, on social networks. In addition, the article addresses an emblematic example of the violation of personality rights through social networks, by the influencer Karol Conká, and discusses the civil responsibility of actors in social networks. Therefore, the objective was to establish how Brazilian law, whether in the Criminal and Civil Codes, in the Federal Constitution of 1988 or in the Marco Civil, regulate personal relationships that exist in social networks or even identify whether there is legal protection in relation to personality rights on social media. We sought to verify whether, with this new specific order, in fact the relationships and interactions in this field are properly regulated or whether the current legal order is insufficient. Finally, it was possible to conclude that the current legal norms are insufficient in view of the evolution of technology and the new means of social interaction, to protect the internet user, thus not promoting legal protection in relation to personality rights in social networks. The research was carried out using the qualitative and bibliographic method, and it ended up bringing the understanding of several jurists in the field from books, articles and periodicals, in order to illustrate the problem of insufficient protection of the legal entity in Social Networks.

Keywords: Expression Freedom. Internet. Privacy. Rights. Social Network.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa abordar as relações sociais que acontecem por meio da internet, especificamente nas redes de relacionamento, a fim de verificar se o ordenamento jurídico brasileiro traz a devida proteção aos direitos da personalidade do usuário da plataforma, especialmente analisando a Lei n. 12.965/2014, chamada de Marco Civil da Internet. Além disso identificar se há responsabilidade civil aos atores nas redes sociais, quando se vislumbra a violação aos direitos de personalidade e ainda, para ilustrar a contemporaneidade do tema, aponta-se o emblemático caso da influencer Karol Conká, que viu violados os seus direitos da personalidade, através das redes sociais.

Para tanto, dividiu-se o artigo em três tópicos, sendo o primeiro A Internet, a rede e as relações sociais; o segundo A Liberdade de Expressão e o Direito à Privacidade e o terceiro o Marco Civil da Internet: há proteção aos direitos da personalidade nas redes sociais?

Aborda-se no primeiro tópico a criação da internet, que expandiu a comunicação e em decorrência disto, inúmeras transformações sociais foram vistas, impulsionando as mudanças advindas desta verdadeira revolução tecnológica. Entre as pessoas físicas ou jurídicas, ela tornou-se uma importante ferramenta para as relações interpessoais, mas ao oferecer inúmeros recursos aos usuários, trouxe consigo questionamentos, voltados ao funcionamento, pertencimento e a responsabilização por problemas advindos das falhas desta nova forma de comunicação.

As redes sociais tornaram-se muito úteis, contudo, na mesma proporção uma armadilha, pois possibilitaram que qualquer pessoa esteja conectada podendo criar, produzir, disseminar ou comercializar todo tipo de informação, mas não garante o compromisso com a confiabilidade e a credibilidade, requisitos inerentes à relação.

Já no segundo tópico trata-se do Brasil *pré-internet*, onde haviam legislações regendo o respeito e a inviolabilidade de direitos do indivíduo, na sociedade e esfera privada, mas a partir dela foi necessária a consolidação dos limites entre indivíduo e Estado na esfera virtual. Pois através dos Direitos da Personalidade os quais foram introduzidos na Constituição Federal de 1988, foi reconhecido pelo ordenamento jurídico, considerado princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, transformando-se em personalidade jurídica, utilizada para resguardar e tutelar a singularidade, a dignidade, a soberania e o propósito de cada ser humano, pessoa natural, não podendo ser violados de forma alguma, sendo nos âmbitos público, privado e agora no âmbito virtual.

Nesse sentido, houve a necessidade de ordenamento jurídico próprio que contemplasse as demandas advindas dessa mudança, pois há que se saber até onde a liberdade de expressão, um direito natural do ser humano e que consiste na garantia de livre manifestação, pode confrontar os direitos da personalidade, sem se tornar ilícita nas mídias sociais. Sendo as relações sociais dinâmicas, estas exigem normas que acompanhem a evolução, mas não há como ajustar uma norma específica a cada situação prática, e ainda, na ausência desta regulamentação é essencial que haja equilíbrio entre os direitos assegurados pela Constituição.

E por fim, o terceiro tópico trata do Marco Civil da Internet e do caso da influencer Karol Conká.

A fim de suprir a necessidade de legislação específica, o legislador entende por regular a liberdade de expressão e os direitos, como os da inviolabilidade da intimidade no ambiente virtual, através de ordenamentos específicos dando origem ao Marco Civil da Internet, buscando preencher lacunas no ordenamento jurídico.

Tornam-se então evidentes, as implicações jurídicas geradas por essa lacuna, tendo em vista o crescente índice de infrações legais no ambiente virtual gerando reflexos para o mundo do direito. Com isso suscita-se a busca por meios que possam atender de forma eficaz as demandas atuais entendidas como o ataque à integridade da pessoa humana, questionando se há de fato proteção jurídica no que concerne aos direitos de personalidade, mais notadamente a liberdade de expressão e o direito à privacidade, no ambiente virtual.

Assim sendo, justifica-se o presente artigo, considerando a relevância social e acadêmica da pesquisa do tema, onde buscou-se delimitar a pesquisa através de método qualitativo e bibliográfico, objetivando esclarecer se há proteção jurídica específica aos direitos da personalidade no âmbito virtual, através de ordenamento jurídico, em normas gerais e no entendimento da doutrina, como também determinar as fronteiras entre os direitos da personalidade e o direito à liberdade de expressão, pontos destacados no caso Karol Conká, que ultrapassou a barreira da opinião e se transformou em importante fato jurídico.

2 A INTERNET, AS REDES E A RELAÇÕES SOCIAIS

Anteriormente a qualquer abordagem, faz-se necessário iniciar o presente trabalho de pesquisa buscando a origem das transformações decorrentes da internet, na tentativa de explorar seu alcance, bem como as mudanças advindas desta verdadeira revolução tecnológica à qual todos estão submetidos.

Segundo o doutrinador Tarcisio Teixeira (2018), após anos de desenvolvimento através do Departamento de Defesa americano, originou-se o sistema que se conhece por World Wide Web ou Rede Mundial de Computadores e ao final da década de 1980, este acabou por expandir-se estabelecendo a comunicação dos computadores entre outros laboratórios de pesquisas, permitindo a troca de dados.

Ao final da década de 1990, essa tecnologia havia alcançado o patamar esperado e a coesão deste desenvolvimento com o baixo custo dos equipamentos,

favoreceu a sua utilização por empresas e por particulares. Dessa maneira, foi então criada a rede, meio pelo qual computadores do mundo se interligavam, possibilitando, a comunicação de usuários entre si e mudanças na sociedade.

Neste sentido, aponta Ávila (2021) que em um lugar de destaque estão as inovações tecnológicas que avançaram por todo o mundo. Desta feita, são visíveis as vantagens e benefícios que o avanço tecnológico apresenta, vez que acaba por facilitar a vida em comunidade e proporciona uma maior comunicação entre os indivíduos.

Assim, Eduardo Tomasevicius Filho (2016, p. 1), em seu artigo “Marco Civil da internet: uma lei sem conteúdo normativo”, destaca a origem dessa tecnologia, que expandiu qualquer limite:

Criada para fins militares nos Estados Unidos devido ao temor de que a centralização das informações de uma rede de computadores pudesse resultar a perda total dos dados, a internet caracteriza-se pela descentralização das informações pelos diversos computadores conectados, de modo que, em caso de pane, apenas parte dos dados é perdida e a rede continua a funcionar em caso de ataques ou de problemas técnicos.

Neste contexto, entre as pessoas físicas ou jurídicas, a internet se tornou uma importante ferramenta para a comunicação, oferecendo vários recursos aos seus usuários. Porém, em meio a todo este universo de alcance é comum questionar o que essa intensidade de relações pode causar, como destaca Tavares (2012): ao citar que “as novas ferramentas tecnológicas, a intensidade da vida e a densidade das populações aproximam cada vez mais as pessoas, intensificando suas relações, o que acarreta um aumento vertiginoso de motivos para a colisão de direitos e os atritos de interesses, do que surge a reação social contra a ação lesiva”.

Este aumento das relações sociais e o impacto dessa inovação são facilmente perceptíveis por aqueles que viveram em época anterior a ela, visto que os nascidos após os anos 1990, não terão de buscar informações em bibliotecas públicas, livros e revistas, uma vez que é impossível a atualização destes recursos em tempo real, como o mundo exige e o alcance da internet já estendeu em larga escala. Como discorre Marcacini (2016, p. 12):

Diferentemente do que ocorria há apenas pouco mais de dez anos, parece dispensável, numa obra jurídica, apresentar a Internet ao leitor. Parodiando

uma polêmica frase dos anos 60, a Internet já se tornou mais popular que os Beatles. Excetuados, talvez, os que vivem em ambientes de extrema escassez, ou em países cujos regimes políticos tentam resistir à influência da Rede, todos os demais habitantes do planeta já devem ao menos saber o que é a Internet. E grandes parcelas da humanidade têm acesso a ela.

O acesso ao conhecimento ampliou a difusão de informações, exigindo rigor na seleção e síntese das informações, trabalho este feito por moderadores nas redes sociais, mas que permitem a veiculação de inúmeras informações com conteúdos duvidosos, haja vista tamanha interação entre os usuários.

Como acentua Marcel Leonardi (2005, p.1): “A rede internacional de computadores conectados entre si, é um meio de comunicação que possibilita o intercâmbio de informações de toda a natureza, em escala global, com um nível de interatividade jamais visto anteriormente”.

Entretanto, a internet possibilitou que qualquer pessoa esteja conectada ao mundo virtual e possa criar, produzir, disseminar ou comercializar todo tipo de informação, sem que seja técnico, ou tenha qualquer compromisso com a verdade:

Saber o que é um computador, ou o que é a Internet, não significa compreender como esses produtos tecnológicos funcionam. Assim como motoristas podem perfeitamente conduzir um automóvel sem compreender coisa nenhuma sobre a mecânica e a eletrônica que promovem a sua marcha, também já se tornou perfeitamente possível aproveitar as vantagens da Informática sem compreendê-la. Ninguém precisa saber como funciona o editor de textos para, por meio dele, redigir seus escritos íntimos ou profissionais. Nem é necessário entender de redes de computadores para acessar a Internet e fazer uso de algum dos seus múltiplos serviços disponíveis online (MARCACINI, 2016, p. 12).

Outro aspecto que sofreu transformações pelo surgimento da internet são as relações interpessoais, já que este ocupou o espaço dos serviços tradicionais de comunicação, através das redes sociais as quais revolucionaram as relações humanas.

Imediatamente, *tweets* são escritos em maior quantidade, porém, com conteúdos cada vez mais curtos e objetivos, no limite dos “140 caracteres”, todavia, esta vida em sociedade impulsionou o surgimento de bolhas de relacionamento humano e ao final da idade moderna, surge outra bolha abarcando esferas pública e privada, comentada nas palavras de Tomasevicius Filho (2016, p. 1):

A internet transformou as distinções entre esses espaços. Sendo possível acessar a rede de qualquer lugar e a qualquer hora do dia, permite-se a atuação na esfera social, ser visto e ouvido por todos, sem o necessário contato presencial para o estabelecimento dessas relações. Dessa forma, surge uma terceira esfera: a esfera virtual, em que a pessoa se apresenta na rede sem estar presente.

Neste ambiente, se dá a origem à esfera virtual, em que o indivíduo está na rede sem estar presente, como exemplo, as redes sociais supracitadas, reunindo um mundo globalizado em uma só plataforma e o trabalho, realizado socialmente com os colaboradores em suas respectivas casas. À exemplo disso está o comércio que não é mais exclusivo do mercado, mas também de um ambiente privado, o *e-commerce*³, que têm se consolidado, mas, se antes da internet, haviam legislações que tutelassem o indivíduo e seus direitos invioláveis, na sociedade e na esfera privada, hoje se faz totalmente necessária a consolidação dos limites entre indivíduo e Estado na esfera virtual também, a fim de que se proteja os direitos do indivíduo.

Como um dos temas tratados por este artigo, há que se destacar a questão das redes sociais e seu impacto na sociedade, tendo sua importância realçada por Alessandro Hirata (2014, p. 1):

É desnecessário justificar a importância e a motivação de escrever sobre o fenômeno das redes sociais e suas implicações na privacidade das pessoas. Trata-se de questão cotidiana na nossa sociedade contemporânea, atingindo direta ou indiretamente a enorme maioria da população mundial.

Apesar da disseminação em massa de tais redes sociais, acaba por ser importante destacar sua criação neste artigo. Seus primórdios remontam à década de 1990, onde as redes conectavam usuários daquela tecnologia e transmissões de dados entre computadores aconteciam, mesmo que com velocidade reduzida se comparada a atual. As primeiras mídias sociais conhecidas surgiram nesta época, mas redes sociais como o “Facebook” e o “Twitter”, impactaram grandemente a sociedade, o que ocasionou uma revolução social e alterou a realidade em todos os seus âmbitos.

³ Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico, abrangendo os seguintes aspectos: I - informações claras a respeito do produto, serviço e do fornecedor; II - atendimento facilitado ao consumidor; e III - respeito ao direito de arrependimento. (BRASIL, 2013)

Tomasevicius (2016, p. 4) aponta que “transformações resultantes do uso livre da *internet* geram perplexidade nas pessoas, que ainda não sabem ao certo como comportar-se nessa ‘terceira esfera de ação humana’, equivocadamente denominada de ‘ciberespaço’”. Isto se acentua num ambiente polarizado e dividido como são as redes sociais de hoje, através dos algoritmos utilizados em redes sociais e o uso excessivo por parte não apenas da população mais nova, mas de toda população, sem grupos específicos.

Segundo o site Resultados Virtuais na matéria “Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2021, com insights e materiais gratuitos”:

O Facebook retomou o primeiro lugar no Brasil em 2020 e o manteve em 2021. O feito fica ainda mais expressivo quando consideramos que ele é dono de outras três redes sociais que estão no top 5 (Whats, Insta e Messenger). E, claro, segue sendo a mais utilizada pela população mundial: com mais de 2,85 bilhões de contas ativas – sendo 130 milhões delas brasileiras (RESULTADOS DIGITAIS, 2021)

Vê-se o quão intrínseca está, em nossa sociedade, as tais redes sociais que influenciaram algumas gerações desde sua concepção e estas gerações, hoje, já não mais conseguem se desapegar da vida exposta nas redes sociais. Nesse sentido, destaca Bauman (2013, p.13 e 14):

O professor Jonathan Zimemrman, da New York University, observou que três entre quatro adolescentes norte-americanos gastam todos os minutos do seu tempo útil em bate-papos no Facebook ou no MySpace. Eles são, por assim dizer, viciados em fazer e receber sons eletrônicos ou imagens, diz o professor. As páginas de bate-papo são novas drogas poderosas em que adolescentes se viciaram

Com tamanha relevância e influência, deve-se dar destaque a redes sociais como o “*Facebook*” e “*Twitter*” pois, como aponta Hirata (2014) “há uma ameaça à privacidade percebida em relação a colocar demasiada informação pessoal nas redes sociais, permitindo produzir um perfil do comportamento de um indivíduo” e estas redes sociais, se sobressaem na atualidade e interferem diretamente em diversos círculos sociais e aspectos políticos e econômicos.

Assim, dado o avanço da tecnologia conhecida como internet, a elaboração e o alcance das redes sociais bem como a criação das bolhas sociais supracitadas, será abordado posteriormente quais Direitos inerentes à pessoa humana, cuja proteção é

imprescindível para a vivência do indivíduo, correm sério perigo no âmbito jurídico e a devida tutela é necessária. Sendo ainda o capítulo seguinte, dedicado especialmente aos Direitos da Personalidade, especificamente a liberdade de expressão e o direito à privacidade.

3 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO À PRIVACIDADE

Antes mesmo de iniciar este capítulo, é importante destacar que a Liberdade de Expressão e o Direito à Privacidade são direitos provenientes do que se entende como Direitos da Personalidade. Assim, deve-se conceituar o que a doutrina entende por serem estes direitos, conforme define Adriano de Cupis (1961, p. 17):

Aqueles direitos subjetivos cuja função, relativamente à personalidade, é especial, constituindo o mínimo necessário e imprescindível ao seu conteúdo [...] sem os quais à personalidade restaria uma susceptibilidade completamente irrealizada, privada de todo o valor concreto: direitos sem os quais todos os outros direitos subjetivos perderiam o interesse para o indivíduo – o que vale dizer que, se eles não existissem, a pessoa não existiria como tal.

A origem do direito da personalidade data o século XIX, sendo sua elaboração e estabelecimento vinculadas a importantes doutrinadores europeus, que definiram estes direitos como invioláveis, impedindo que outros direitos se colidissem. Sobre os direitos da personalidade, Gonçalves (2008, p. 153) ilustra que “certas prerrogativas individuais, inerentes à pessoa humana, aos poucos foram reconhecidas pela doutrina e pelo ordenamento jurídico, bem como protegidas pela jurisprudência. São direitos inalienáveis, que se encontram fora do comércio e que merecem proteção legal.”

No Brasil, os direitos da personalidade foram introduzidos na Constituição Federal de 1988, quando foram consideradas um princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, prevista no ordenamento jurídico em seu artigo 1º, inciso III: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana”. (BRASIL, 1988)

A relevância dada à proteção da pessoa humana na Constituição Federal, como visto acima, é herança do Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), onde estabeleceu que “Todos os seres humanos nascem livres e

iguais em dignidade e direitos". Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade."

Desta forma, qualquer ação que atente contra direitos como a dignidade, atenta diretamente contra o ser humano e a vida deste é o maior bem tutelado pela norma jurídica. Farias (2008, p. 58), considera que:

A característica fundamental do princípio jurídico da dignidade da pessoa humana que o sobreleva em importância e significado é que ele assegura um mínimo de respeito ao homem só pelo fato de ser homem, uma vez que todos os homens são dotados por natureza de igual dignidade e têm direito a levar uma vida digna de seres humanos.

Diante disso, ressalta-se que os direitos da personalidade estão ligados de forma clara ao princípio relacionado à dignidade da pessoa humana como sendo fundamental, não podendo, assim, ser violado de forma alguma, sendo no âmbito público ou no âmbito privado. Deve-se então mencionar os direitos fundamentais, os quais são direitos protegidos pela legislação brasileira no artigo 5º, neste caso, mencionando especificamente os incisos V e X da referida Constituição:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; [...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...] (BRASIL, 1988).

Pode-se então dizer que no arcabouço jurídico brasileiro, mais especificamente na Constituição Federal de 1988, há algum resguardo do Direito da Personalidade e que em um primeiro momento, não cabe questionar qualquer negligência deste direito, haja vista que havia a necessidade de garantir na Constituição à proteção clara e extensiva a todo ser humano, possivelmente reflexo do período militar recente à época.

A Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), também conhecida por Pacto de San José da Costa Rica, assinada pelos países-membros da Organização dos Estados Americanos, entre eles, o Brasil, estabelece em seu art. 3º que o "Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica: Toda pessoa tem direito ao

reconhecimento de sua personalidade jurídica”. Assim, o reconhecimento e consequentemente, a proteção da personalidade jurídica são de grande relevância no arcabouço jurídico, não só brasileiro, mas em todas as democracias.

Desta forma, não há que se falar que, ao menos no ordenamento jurídico brasileiro escrito, a pessoa humana e seus direitos inerentes não são protegidos de alguma forma, todavia, a evolução da sociedade, tornou insuficiente o código jurídico que não acompanha as mudanças sociais na velocidade necessária.

Assim, as redes sociais, ao irem de encontro a um conjunto de normas que não acompanham as mudanças sociais, na velocidade necessária, criam diversos problemas jurídicos. No presente artigo, serão explanadas as questões que envolvam o Direito, a Internet, mais especificamente as redes sociais e por fim os Direitos da Personalidade, ressaltando até onde a liberdade de expressão pode confrontar os direitos da personalidade, sem se tornar ilícita.

Nesta seara, Torres (2013) conceitua que no que diz respeito à democracia, a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato à garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas e que é certo que a proteção da liberdade de expressão não é suficiente para assegurar a participação popular no debate político, pois os direitos fundamentais efetivam-se de modo interdependente: a eficácia de um direito fundamental depende da eficácia dos demais. Mas que, não restam dúvidas de que tal liberdade é imprescindível para aqueles que desejem manifestar-se na esfera pública e tenham como fazê-lo, sem serem reprimidos por isso.

Tem-se que liberdade de expressão é direito natural ao ser humano, advinda com seu nascimento e consistindo na garantia de livre manifestação, possibilitando que cada pessoa possa expressar-se na sociedade em que vive de alguma forma e que este direito, está diretamente ligado ao direito da privacidade, que se reflete na inviolabilidade da intimidade, privacidade, honra e imagem da pessoa. Sendo assim, toda pessoa, exerce de forma natural este direito à liberdade em todos os seus meios sociais. Nesse sentido, destaca Regina Beatriz Tavares da Silva (2012, p. 35):

Os direitos da personalidade que podem ser violados mais frequentemente na área da comunicação, seja pela Internet, seja pela imprensa escrita, falada ou televisiva, são a honra, a imagem e a vida privada, aí contida a privacidade

ou intimidade e o segredo. Em contraponto a esses direitos, há na área da comunicação outro direito da personalidade, que é a liberdade de informação.

Assim, entende-se que a privacidade, é algo intimamente ligado à individualidade da pessoa, como a manifestação da liberdade de expressão, mencionada supracitadamente. Porém, anteriormente aos fatos advindos desta manifestação, não há como negar que se este indivíduo exercer sua liberdade, qualquer forma de contenção deste direito será entendida como censura.

Durante o processo civilizatório, foi necessária a existência de movimentos sociais, para chegar-se a regulamentação dos padrões, moral e socialmente concebidos como ideais na atualidade, visando à garantia legal da liberdade de expressão, conforme Afonso da Silva (2000, s.p.):

A liberdade de comunicação consiste num conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação. É o que se extrai dos incisos IV, V, IX, XII, e XIV do art. 5º combinados com os arts. 220 a 224 da Constituição. Compreende ela, as formas de criação, expressão e manifestação do pensamento e de informação, e a organização dos meios de comunicação, está sujeita a regime jurídico especial.

Em 1988 conquista-se o diploma jurídico de maior relevância, a Constituição Federal, que passou a assegurar dentre os direitos fundamentais: a liberdade de expressão. A referida Constituição, relaciona a liberdade de expressão tanto à liberdade de manifestação, dos ideais e pensamentos, quanto à atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, livre, autônoma e dissociada de qualquer tipo de censura ou licença, conforme o art. 5º, inc. IX:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença [...] (BRASIL, 1988).

É um direito assegurado não só no ordenamento jurídico brasileiro, como também além das fronteiras, uma vez que está previsto em normas supranacionais, como acontece no Pacto de São José da Costa Rica.

José Cretella Júnior (2016, p. 37), acerca da proteção da intimidade da vida privada, destaca que “intimidade é o status daquilo que é íntimo, isolado, sozinho, pois há uma liberdade ou um direito de não ser importunado, de estar só, de não ser visto por estranhos.” Diante desses direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, torna-se imprescindível verificar a sua aplicação às relações estabelecidas na rede, especificamente quanto à violação da privacidade, uma vez que estas relações ocorrem na rede mundial de computadores.

Desta forma, vê-se os perigos advindos do acesso dos indivíduos no ambiente virtual, onde direitos assegurados constitucionalmente podem entrar em conflito, uma vez que o exercício de um pode prejudicar a proteção do outro, como acontece com a liberdade de expressão e o direito à intimidade. Nesta seara, destaca Tavares da Silva (2012, p. 48):

Mas em se tratando de conflitos entre princípios jurídicos, como ocorre no caso de colisão da liberdade de informação com a imagem, a honra e a vida privada, um não exclui o outro, já que ambos estarão sempre vigentes. No entanto, no caso concreto, será preciso escolher entre um e outro, o que deverá ser feito por meio da técnica da ponderação, em que, dentro de critérios de razoabilidade, verifica-se qual é o direito mais relevante no caso concreto.

É possível perceber nesta declaração, que o pleno exercício de um direito, em muitos casos acaba por limitar a plenitude do exercício do outro. Estudando o mundo das redes sociais, esta situação fica explícita em situações específicas onde existe a captação de dados privativos e sua comercialização por meio do envio de mensagens eletrônicas, havendo um aparente conflito de direitos constitucionais.

Neste sentido, a IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal em seu Enunciado 279, que interpreta o art. 20 do Código Civil, aborda que:

A proteção à imagem deve ser ponderada com outros interesses constitucionalmente tutelados, especialmente em face do direito de amplo acesso à informação e da liberdade de imprensa. Em caso de colisão, levar-se-á em conta a notoriedade do retratado e dos fatos abordados, bem como a veracidade destes e, ainda, as características de sua utilização (comercial, informativa, biográfica), privilegiando as medidas que não restrinjam a divulgação de informações.

Assim, entende-se que os Direitos da Personalidade em geral, devem ser ponderados levando-se em consideração sua relevância. Mas como destaca Carlos

Alberto Bittar (2001, p. 102), no que tange o direito à vida privada “esse direito proíbe invasões nos aspectos íntimos da pessoa, sejam familiares, sejam laborais ou negociais, sejam da pessoa em si mesma, como no que se refere à sua saúde e às suas recordações”.

Analisando o fato de que as relações sociais são dinâmicas, isto exige que as normas jurídicas acompanhem esta evolução, mas não há como ajustar uma norma específica para cada situação prática vivida, então, não havendo uma norma no Brasil que discipline a questão deste conflito de direitos, é essencial que haja equilíbrio entre os direitos assegurados pela Constituição, de maneira que um não se sobreponha ao outro.

Entretanto, ao analisar os direitos individuais assegurados pela Constituição Federal de 1988 também é necessário refletir acerca do entendimento de que o direito individual não é absoluto, pois há situações nas quais ele pode ser relativizado e sendo ilimitado, esbarra em outros direitos, de igual modo, garantidos constitucionalmente. Cabe salientar o que prega Tavares da Silva (2012, p. 35):

Comuns são os conflitos entre os direitos da personalidade da honra, da imagem e da vida privada de uma pessoa e o direito à liberdade de informação do meio ou órgão de comunicação, prevendo a IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, em seu Enunciado 11, que, “em caso de colisão entre eles, como nenhum pode sobrelevar os demais, deve-se aplicar a técnica da ponderação”.

Esta preocupação é real ao avaliar que tolhendo a liberdade dos indivíduos de se expressarem, isto causa retrocesso nas conquistas do homem em sociedade, mas, a ausência de privacidade pode gerar a falta de individualidade do ser humano, trazendo-lhe muitas outras implicações por meio das redes sociais.

Atualmente, quando um indivíduo no uso do exercício do seu direito expressa sua opinião sobre outrem, mas o faz de forma difamatória, trazendo prejuízos ao outro, infringindo a honra e a dignidade, ou por manifestação verbal ou comportamental realiza apologia e incita a violência de alguma forma, este certamente será considerado infrator, sendo responsabilizado pelo crime de difamação e “excesso” na liberdade de expressão, conforme previsão legal no Códigos Civil e Penal Brasileiro, que contemplam estas atitudes entendidas como crimes e à elas imputam a

responsabilização. A título de exemplo, a lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940, o Código Penal brasileiro destaca:

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. Exceção da verdade Parágrafo único - A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções. (BRASIL, 1940).

Além do mencionado no Código Penal, a lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, o Código Civil Brasileiro, estipula:

Art. 953. A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido. Parágrafo único. Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso. (BRASIL, 2002).

Sendo assim, a responsabilização pelo suposto crime, seja na esfera cível ou criminal, caracteriza-se no real limite ou fronteira para que o indivíduo faça uso do direito de expressar-se, sem excessos, uma vez que, ao extrapolar o permitido, haverá o freio legal para coibi-lo.

Desta forma, a ponderação entre os direitos de privacidade e a liberdade de expressão aludidos anteriormente, devem ser feitas de forma a não privilegiar um em detrimento de outro ou privar o indivíduo, no ambiente virtual, mais estritamente nas redes sociais, pois como visto no caso "Karol Conká", abordado de forma mais detalhada posteriormente, a liberdade de expressão dos usuários possibilitou que estes atacassem a influencer com críticas agressivas e os direitos da privacidade permitiram que os mesmos, fizessem através de perfis anônimos .

Atualmente, vários perfis podem ser visualizados com o nome "Rejeição da Karol" na rede social "Instagram", e postagens com teor ofensivo foram excluídos, todavia, através de rápida pesquisa em sites de busca, encontra-se diversas postagens agressivas com frases como "Se um dia essa filha da puta passar aqui em

sp eu cuspo na cara dela e quero mais é que se foda (SIC)”⁴ ou direcionados até mesmo contra o filho de Carol, com diversas frases racistas⁵.

Neste enfoque, verifica-se a necessidade de regular a liberdade de expressão e os direitos como os da inviolabilidade da intimidade no ambiente virtual, através de ordenamentos específicos, especialmente a lei n. 12.965/2014, o Marco Civil da internet que estabeleceu alguns pontos importantes como a liberdade de expressão mais especificamente, como destaca Augusto Marcacini (2016, p. 78):

A defesa da liberdade de expressão na Internet é princípio que inspira boa parte das disposições contidas no Marco Civil. E, à parte as críticas feitas a seus problemas de redação excessivamente prolixa, redundante e às vezes confusa, um dos seus maiores méritos, que justificam a sua promulgação, encontra-se na defesa da liberdade de expressão online. A locução aparece cinco vezes na Lei, nos arts. 2º, 3º, I, 8º e 19, tanto em seu caput como no §2º [...]. Além disso, a orientação seguida pelo legislador, de não responsabilizar os provedores em decorrência de atos praticados pelos seus usuários, é nitidamente voltada a preservar a liberdade de expressão, pois, como já dito, sua responsabilização nesses casos os tornaria diretamente interessados em agir como ferozes censores de tudo quanto fosse publicado por meio de seus serviços.

Além da proteção à liberdade de expressão definida e tutelada pelo Marco Civil, este, com relação à proteção da privacidade, estabelece em seu art. 3º “A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: [...] II - proteção da privacidade” (BRASIL, 2014).

Destarte, neste novo ordenamento que se mostra extremamente relevante e com um objeto específico, a tutela do usuário, o ambiente virtual e seu uso, vê-se a necessidade preencher as lacunas normativas criadas com a tecnologia e suprir as incertezas jurídicas causadas. Como se verá a seguir.

⁴ Rede Social Twitter: Disponível em: <<https://twitter.com/karolconka/status/1356388955642560512>> Acesso em: 28 set. 2021

⁵ OLIVEIRA, Samantha. Filho de Karol Conká sofre ataques racistas e ataques nas redes sociais. NE 10. 2021. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/social1/2021/02/24/filho-de-karol-conka-sofre-ataques-racistas-e-ataques-nas-redes-sociais/index.html>> Acesso em: 28 set. 2021

4 MARCO CIVIL DA INTERNET: HÁ PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NAS REDES SOCIAIS?

Como é possível verificar através das questões apresentadas anteriormente, tornou-se necessário a elaboração de norma regulamentadora das questões da Internet. A informática em geral e a Internet em particular propiciaram o surgimento de novos fatos da vida cotidiana dos indivíduos. E onde há fatos sociais há conflitos que, por sua vez, estimulam nas sociedades a necessidade de criação de meios para solucioná-los, entre eles, pela aplicação do Direito. Nesse sentido, aponta Marcacini (2016, p. 18):

Observou-se no Brasil, e também fora dele, uma, de certo modo saudável, profusão de estudos focados em regular 'a Internet'. Sob um olhar crítico, sabendo-se que o Direito não é neutro, é possível identificar nessas iniciativas tanto a boa vontade daqueles que verdadeiramente desejavam estabelecer justas soluções legislativas para os novos conflitos trazidos pela tecnologia, como também um certo viés orwelliano que, escorado em preocupações legítimas ou de apelo popular, buscavam apenas resistir aos ventos libertários, democratizantes e de certo modo destruidores da ordem estabelecida – aquela destruição criativa – que a Internet também propicia.

Todavia recentemente, o legislador, acreditando estar resguardando as relações no ambiente virtual, deu origem ao Marco Civil da Internet, sancionado no Brasil através da lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, estabelecendo alguns pontos interessantes para o entendimento da mesma, como sua própria definição:

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes (BRASIL, 2014).

Este documento legal institui alguns pontos cruciais para o estudo do Direito da Personalidade, estabelece princípios e garantias para o uso da internet e seus reflexos no Brasil, findando preencher lacunas no ordenamento jurídico concernentes ao âmbito virtual.

Em seu art. 1º, o Marco Civil da Internet, dispõe: “Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes

para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria”. (BRASIL, 2014)

Todavia, se acentua um tópico fundamental: Um direito inviolável, inerente à pessoa humana, o princípio da dignidade, o resguardo de intimidade intocável, é de fato preservado pelo arcabouço jurídico brasileiro no âmbito virtual, ou o que acontece de fato nas redes sociais e outros ambientes da internet é negligenciado pelo legislador. Cabe destacar que o Art. 2º, do Marco Civil regulamenta:

Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como: I - o reconhecimento da escala mundial da rede; II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais; III - a pluralidade e a diversidade; IV - a abertura e a colaboração; V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e VI - a finalidade social da rede. (BRASIL, 2016).

Nesse momento, pode-se perceber que, o jurista Eduardo Tomasevicius Filho (2014) questiona, o que de fato foi acrescentado à legislação vigente através do Marco Civil, já que não se percebem mudanças substanciais, uma vez que continuam sendo aplicadas todas as outras normas contidas nos mais diversos dispositivos normativos, como a Constituição Federal de 1988, o Código Penal e o Código Civil e estes muitas vezes são ineficazes frente aos “novos” obstáculos:

Percebeu-se a deficiência do direito penal tradicional no combate à criminalidade virtual. Os Códigos Penais e legislações penais especiais foram afetados por essa nova realidade, porque o direito penal está fortemente ligado à questão da soberania nacional, enquanto a internet, por sua vez, não conhece Estados por ser manifestação de uma verdadeira "aldeia global". Tradicionais regras de aplicação da lei penal no espaço, com exemplos quase hipotéticos, tais como o de cometimento de um crime de um lado da fronteira e concluí-lo após ter passado pela imigração, ganham importância na tentativa de combate aos criminosos, ao mesmo tempo em que estas são inócuas, porque crimes podem ser praticados de qualquer parte do mundo (TOMASEVICIUS, 2014. p. 4).

Neste contexto, foi possível recentemente acompanhar um caso de grande repercussão nacional envolvendo a influencer Karol Conká participante da 21ª edição do reality show “BBB” programa disponível na televisão aberta através do canal Globo, onde a manifestação de liberdade de expressão desta, motivou sua eliminação do

programa com um alto índice de rejeição, bem como trouxe prejuízos pessoais e profissionais por parte de usuários das redes sociais, através do cancelamento⁶.

Acerca do cancelamento, conforme o site Carta Capital, através da reportagem “Caso Karol Conká: qual o limite da ‘cultura do cancelamento’?”, é destacada a pesquisa feita pela agência Mutato (2020, s.p.), a qual pontua que “estes comportamentos (cancelamento) podem ser observados em sociedades em que o Estado não possui credibilidade ou não se apresenta de forma efetiva, então a população se torna o júri, juiz e o executor”.

O “cancelamento” da influencer, ultrapassa quaisquer limites profissionais e seu prejuízo não se restringe à valores monetários, pois alguns usuários criaram páginas de ódio a Karol Conká, como o perfil “REJEIÇÃO DA KAROL” na rede social Instagram, que dispunha de diversas ofensas raciais, tendo até mesmo seu filho sofrido ameaças de morte em alguns comentários anônimos. Além disso referente a liberdade de expressão dos usuários, destaca o site Carta Capital⁷, através de entrevista com a pesquisadora Juliana Morganti, diretora de estratégia da agência Mutato, que “o problema é que o júri está aberto e sem controle, principalmente no Twitter pelo fato de ser uma rede muito anônima” (2020, s.p).

Assim, é necessário fazer referência à responsabilidade civil no âmbito digital dado a complexidade de tais assuntos e, entre os tantos aspectos controversos na atualidade, analisar a possibilidade ou não da responsabilização ao usuário pelas informações transmitidas, já que não cabem ao provedor do conteúdo a fiscalização e por consequência, a punição. Acerca da responsabilidade civil aponta Tavares (2012. p. 27):

A responsabilidade civil é amparada por um sentimento social, que fundamenta, no plano moral, a sujeição do causador do dano à reparação da lesão e às outras medidas protetivas. A sociedade não aceita que aquele que causa um dano fique incólume. [...] A responsabilidade civil tornou-se uma concepção social, quando antes tinha caráter individual.

⁶Uma forma de se comportar em uma sociedade ou grupo, especialmente nas redes sociais, em que é comum rejeitar completamente e deixar de apoiar alguém porque ele disse ou fez algo que o ofende. (Dicionário Cambridge, tradução nossa) Texto original: The practice or tendency of engaging in mass canceling as a way of expressing disapproval and exerting social pressure.

⁷Caso Karol Conká: qual o limite da ‘cultura do cancelamento’? Carta Capital. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/caso-karol-conka-existe-um-limite-para-o-cancelamento/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

Diante disso, havendo evidência de que a internet ultrapassa as fronteiras físicas e causa danos, essa é a razão para que a legislação seja uniforme a fim de contemplar as necessidades de tutela dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. Porém, esta busca é morosa e até que se atinja a satisfação plena de tais necessidades, haverá muito trabalho, todavia, o estudo deste artigo, traz à luz uma questão primordial para a atualidade, a privacidade e a liberdade, consideradas direitos fundamentais, sendo a sua violação, inclusive, vedada pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inc. X.

É fundamental entender que com a Constituição Federal de 1988 contemplando tão importante questão, pressupõe-se que um ataque a este direito seria um ataque à integridade da pessoa humana e consequentemente à democracia. Em decorrência disto, é recorrente a preocupação e discussão em torno da proteção e segurança dos indivíduos como detentores dos direitos de personalidade nas redes.

Nesta questão, Manuel A. Carneiro da Frada (2007, s.p.), aponta que uma forma de proteger o detentor de direitos na Internet, seria se ancorar na teoria da responsabilidade civil:

A permanente difusão de possibilidades e serviços cada vez mais complexos e sofisticados que, alimentando-se e movendo-se na rede informática, as operadoras prestam aos seus múltiplos utilizadores contribui para que se nos depare aqui uma área onde se pode experimentar facilmente a sensação de uma persistente voracidade do tempo a desafiar o Direito. Só lançando âncora na teoria comum da responsabilidade civil se logra contrabalançá-la.

Todavia, o avanço frenético das redes sociais impossibilita a imobilidade daqueles que não queiram acompanhar as mudanças. Há que se destacar que a privacidade pode ter encontrado uma grande vilã, a internet, motivando que a segurança de dados disponibilizados precise receber o devido tratamento, mas, a infinidade de discussões geradas cotidianamente nas redes sociais aumenta de maneira vertiginosa e isto motiva reflexão sobre possíveis consequências da violação da intimidade de pessoas, que expõem sua vida ou disponibilizam dados privativos espontaneamente nas redes sociais, sem a devida preocupação com consequências advindas dessa excessiva exposição.

Desta forma, não se dão conta de que essas informações pertencem ao mundo íntimo e pessoal e que a elas dá-se o nome de privacidade, mas para entendimento

da amplitude do problema, é salutar a busca pela definição de privacidade, mesmo que este assunto seja considerado delicado, como destaca Milton Fernandes (1977, p. 99): vida privada é o “direito de excluir razoavelmente da informação alheia ideias, fatos e dados pertinentes ao sujeito”

Porém a facilidade de violação à privacidade nos meios eletrônicos, tem sido um dos mais graves problemas e que infelizmente parece não ser conhecida por muitos usuários no mundo digital, mais especificamente nas redes sociais. Nesse sentido, aponta Augusto Marcacini (2016, p. 53) que:

Muito se indaga se pode haver privacidade, ou um direito a ela, diante de um modo de vida que tem flertado com o exibicionismo público mais despudorado, não tendo as pessoas a menor cerimônia em expor diariamente, em redes sociais e onde mais for possível, fatos de sua vida privada cotidiana, familiar, amorosa e até mesmo sexual, como se fossem todos participantes de algum reality show.

Neste contexto, a exposição exacerbada daquilo que antes era tido como privado, demanda maior proteção jurídica nas Redes Sociais e mesmo que haja instrumentos de proteção como o Marco Civil da internet, estes tratam os atos nesse meio de forma generalizada e vaga. Diante disto, é papel do Estado que tutele tal privacidade, conforme destacado por Tomasevicius Filho (2016, p. 5):

Recomendou-se aos Estados que assegurassem o respeito e proteção do direito à privacidade no contexto das comunicações digitais, a abstenção da violação desses direitos pelos próprios Estados, a revisão dos procedimentos, práticas e legislações sobre vigilância e interceptação de comunicações e a recopilção de dados em grande escala, assim como se mantenham mecanismos nacionais de supervisão independentes e capazes de assegurar a transparência dessas atividades, prestando contas delas.

Ocorre que os problemas identificados na internet têm se multiplicado, gerando reflexos para o mundo do direito, suscitando a busca por instrumentos legais que possam atender de forma eficaz as demandas atuais entendidas como o ataque à liberdade da pessoa.

Na sociedade atual, a vida privada se tornou exposta e opiniões são compartilhadas nas mais diversas redes sociais, porém, para que ter acesso às informações e opiniões compartilhadas, primeiramente é preciso a coleta de dados pela respectiva rede social. Com o funcionamento das tecnologias necessárias inteiramente via internet, a captação e análise de dados é facilitada, pois a mesma

vem transpassando as barreiras entre o que é privado e público, fazendo com que o limite entre a privacidade e a publicidade seja tênue e os dados privados necessitem de cada vez mais tutela. Nesse sentido, Hirata (2014) destaca que “dados, mesmo depois de apagados pelos usuários de redes sociais, permanecem sob controle dessas redes, que os armazenam para fins econômicos seus e de terceiros.

Com a crescente violação da privacidade na esfera virtual, juristas têm se dedicado ao tema, tendo o desenvolvimento dos meios eletrônicos, como facilitador desse tipo de violação. Nessa seara, menciona Manoel J. Pereira dos Santos (2016, p. 305): “Ainda é escassa a jurisprudência a respeito da invasão de bases de dados pessoais por terceiros não autorizados, caracterizando invasão de privacidade. Não se pode, portanto, extrair uma orientação precisa de nossos Tribunais”.

Tornam-se então evidentes as implicações jurídicas geradas por esse fato, tendo em vista que este pode provocar danos às pessoas cuja privacidade é invadida. Porém, além da referida tutela jurisdicional, cabe tanto o controle com relação à supervisão estatal diante de informações transmitidas, como também a supervisão independente dos dados coletados, a fim de que se concilie a privacidade do usuário, sua integridade e liberdade nas relações no ambiente virtual. Porém, verifica-se que o Marco Civil da Internet, não atingiu seu objetivo na tutela deste novo ambiente, conforme destaca Tomasevicius Filho (2016, p. 11):

Por outro lado, são muitas as deficiências e insuficiências do Marco Civil da Internet, mesmo depois da revisão do projeto inicial por meio da aprovação do texto substitutivo. Afinal, toda lei aprovada tem a finalidade de inovar o ordenamento jurídico, acrescentando normas necessárias à regulação dos comportamentos, eliminando aquelas que não mais atendem às necessidades sociais.

Desta forma, evidencia-se, que os códigos legislativos vigentes se tornaram insuficientes frente à evolução da tecnologia da informação e comunicação, sendo pertinente a elaboração de norma jurídica própria. Entretanto, mesmo com o advento do Marco Civil da Internet, constata-se ainda que este é insatisfatório em sua aplicação e abordagem, não promovendo proteção jurídica em relação aos direitos de personalidade na internet.

5 CONCLUSÃO

Após a realização da pesquisa doutrinária, é possível visualizar a necessidade da legislação própria que reja a internet, já que, para que as ações nesta não sejam negligenciadas, o legislador buscou tutelar a personalidade jurídica no Código Civil, Penal e posteriormente no Marco Civil da Internet, haja vista a aparente incapacidade da Constituição Federal de 1988 e de outros códigos, em enfrentar as demandas nascidas com o avanço desta tecnologia e a criação das mídias sociais, já que é possível perceber que o ordenamento jurídico que tutele a pessoa humana e seus direitos inerentes e não progride na velocidade necessária, também não acompanha as mudanças da sociedade e se torna insuficiente.

Mesmo que existam instrumentos de proteção como o Marco Civil da Internet, estes são gerais e vagos, acrescentando pouco de fato à legislação vigente, não se percebendo mudanças substanciais, uma vez que continuam sendo aplicadas outras normas contidas nos mais diversos dispositivos normativos e estes muitas vezes são ineficazes frente aos “novos” obstáculos.

Para o poder judiciário, a ausência de um marco legal específico, diante das diversificadas relações virtuais, tem gerado lacunas judiciais. Em decorrência disto, é recorrente a preocupação e discussão em torno da proteção e segurança dos indivíduos como detentores dos direitos de personalidade nas redes sociais. Assim, o presente artigo destaca um tópico relevante: direitos invioláveis, inerentes à integridade como pessoa humana, os Direitos da Personalidade são de fato preservados pelo arcabouço jurídico brasileiro no âmbito virtual ou são, um direito negligenciado pelo legislador.

O indivíduo que no uso do exercício do seu direito expressa sua opinião sobre outrem nas mídias sociais, mas o faz de forma difamatória, será responsabilizado por sua ilicitude visto que se excedeu no uso dela, mas com tal direito sendo limitado, acaba por esbarrar em outros, de igual modo, garantidos constitucionalmente, fato este visivelmente observado nas redes sociais onde a ausência de privacidade pode gerar a falta de individualidade do ser humano.

Também, se há evidência de que a internet ultrapassa as fronteiras, essa é a razão para que a legislação seja uniforme a fim de contemplar a necessidade de tutelar os direitos garantidos ou concernentes a novas questões, mas, a rede mundial

de computadores é uma tecnologia que atingiu o grande público há mais de 30 anos, se movendo, modificando e evoluindo em ritmo vertiginoso, não conseguindo ser acompanhada pela doutrina jurídica, que pode tornar-se defasada.

Diante disto, é possível perceber que instrumentos normativos, como o Código Civil, Código Penal e a Constituição Federal tornaram-se insuficientes frente à mudança da tecnologia da informação e comunicação, cabendo uma norma jurídica específica, neste caso o Marco Civil da Internet, mas que se mostrou insatisfatório na prática e utilização, não promovendo proteção jurídica sólida, mais especificamente na proteção do Direitos à Personalidade e a Liberdade de Expressão nas redes sociais, os quais restam negligenciados pelo legislador.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Cegueira moral**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848/1940, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal, Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 12.965/2014, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 10.406/2002, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil, Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.962/2013, de 15 de março de 2013**. Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm Acesso em: 27. set. 2021

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 5. ed. rev. e atual. por Eduardo C. B. Bittar. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CANALTECH. **Brasil é o segundo país do mundo a passar mais tempo na internet**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/brasil-e-o-segundo-pais-do-mundo-a-passar-mais-tempo-na-internet-131925/> Acesso em: 26 maio 2021.

CONVENÇÃO, Americana de direitos humanos, **Pacto de San José da Costa Rica**, 22 nov. 1969. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 26 maio 2021.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, v. 1.

DE CUPIS, Adriano. **Os direitos da personalidade**. Tradução de Adriano Vera Jardim e Antonio Miguel Caeiro. Lisboa: Livr. Moraes, 1961.

FARIAS, Edilsom Pereira de. **Colisão de direitos: a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação**. 3. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2008.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado. **Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas**, São Paulo, RT, n. 1, out./dez. 1992.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume I: parte geral**. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

HIRATA, Alessandro. **O Facebook e o direito à privacidade**. 2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/201/ril_v51_n201_p17.pdf. Acesso em: 27. set. 2021

LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade civil dos provedores de serviços de Internet**. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2005.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. **Aspectos fundamentais do marco civil da internet: Lei no 12.965/2014**. São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Larissa Teixeira; PERES, Nathália Cintra Manssano. Proteção dos Direitos da Personalidade na Internet e o Exercício da Liberdade de Expressão: Crimes Cibernéticos. **Revista Eletrônica do Curso de Direito - PUC Minas Serro**, Minas Gerais, n. 8, p. 115-162, jun/dez. 2013.

PINTO FERREIRA, Luís. **Comentários à Constituição brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1989.

RESULTADOS DIGITAIS. **Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2021, com insights e materiais gratuitos**. 2021. Disponível em: <https://www.resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 28 set. 2021

SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade da norma constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Curso de direito e processo eletrônico: doutrina, jurisprudência e prática**. 4.Ed São Paulo: Saraiva, 2018.

TOALDO, Adriane Medianeira. et al. **Impactos do moderno avanço tecnológico digital no mundo jurídico**. Rio Grande do Sul, 2021

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Marco Civil da Internet: uma lei sem conteúdo normativo. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 269-285, Jan./Abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/n87YsBGnphdHHBSMpCK7zSN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ZULIANI, Enio Santarelli. et al. **Responsabilidade civil na Internet e nos demais meios de comunicação**. 2.ed. São Paulo, 2012.

Artigo recebido em: 15/08/2021

Artigo aceito em: 14/10/2021

Artigo publicado em: 24/02/2022